



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Superintendência Regional de Regularização Ambiental – Jequitinhonha

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA
AMBIENTAL Nº 21 DE 2019 QUE O EMPREENDIMENTO FERROESTE
INDUSTRIAL LTDA. FIRMA PERANTE O ESTADO DE MINAS GERAIS,
ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD, NESTE ATO
REPRESENTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE
REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL JEQUITINHONHA.**

A empresa **FERROESTE INDUSTRIAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com endereço comercial à Avenida Afonso Pena nº 4100, 10º andar, sala 05, bairro Cruzeiro, Belo Horizonte - MG, neste ato representado pelo procurador, Sr. Paulo Renato de Oliveira Macedo, divorciado, Engenheiro, portador do _____, _____, com endereço Rua _____, _____, Belo Horizonte – MG, firma o presente **Termo de Ajustamento de Conduta**, título executivo extrajudicial, conforme art. 5º, § 6º, da Lei Federal nº 7.247, de 24 de julho de 1985, com modificação introduzida pelo artigo 113 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, c/c art. 784 do Novo Código de Processo Civil perante o Estado de Minas Gerais por intermédio da **Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD**, sediada em Belo Horizonte, com estrutura orgânica definida pelo Decreto Estadual nº 47.042 de 06 de setembro de 2016, inscrita no CNPJ sob o nº. 00957404/0001-78, neste ato representada pela Superintendente Regional de Meio Ambiente - Jequitinhonha, Cândida Cristina Barroso de Vilhena, _____, conforme delegação de competência contida na Resolução SEMAD nº. 2.198 de 11 de novembro de 2014, e suas alterações, com sede na Avenida da Saudade nº 335, Centro, no Município de Diamantina/MG, doravante denominada **Tomadora do Compromisso**.

CONSIDERANDO que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (art.225, caput, da CF/88);



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Superintendência Regional de Regularização Ambiental – Jequitinhonha

CONSIDERANDO que o empreendimento teve seu processo para regularização ambiental nº 19293/2005/002/2015, modalidade Revalidação de Licença de Operação – (RevLO), arquivado pela SUPRAM JEQ em 27/06/2019 conforme Papeleta de Despacho nº 35/2019, por não atender as informações complementares solicitadas a contento;

CONSIDERANDO a lavratura do Auto de Infração nº 200378/2019, por operar as atividades de silvicultura (eucalipto) e produção de carvão vegetal oriundo de floresta plantada sem a devida licença ou autorização do órgão ambiental competente, que resultou na suspensão das atividades do empreendimento;

CONSIDERANDO que a empresa solicitou a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC em 13/09/2019, para continuidade do funcionamento das atividades do empreendimento até sua regularização ambiental;

CONSIDERANDO que o § 3º do art.108 do Decreto Estadual nº. 47.383, de 02 de março de 2018, preceitua que a penalidade de suspensão prevalecerá até que o infrator obtenha a regularização ambiental ou firme TAC com o órgão ou entidade competente para regularização ambiental da atividade, independente de decisão nos autos do processo administrativo;

CONSIDERANDO, que o art.32 do Decreto Estadual nº 47.383, de 2018, prevê que a atividade ou empreendimento em instalação ou operação sem a devida licença ambiental deverá regularizar-se por meio de licenciamento ambiental em caráter corretivo, inclusive, com a possibilidade de assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC junto ao órgão ambiental licenciador para a continuidade de suas atividades até a sua regularização ambiental;

CONSIDERANDO tratar-se de atividade lícita, passível de regularização ambiental perante o SISEMA;



RESOLVEM AS PARTES FIRMAREM O PRESENTE TERMO, NA MELHOR FORMA DE DIREITO, MEDIANTE AS SEGUINTE CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO COMPROMISSO

Constitui objeto deste instrumento o estabelecimento de condições e prazos para implantação de medidas de caráter ambiental, visando o controle de fontes de poluição/degradação ambiental para a empresa Ferrote Industrial Ltda, corrigindo os seus efeitos negativos sobre o meio ambiente, de acordo com o cronograma de execução constante da CLÁUSULA SEGUNDA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO COMPROMISSO AJUSTADO

Pelo presente, o COMPROMISSÁRIO compromete-se a observar rigorosamente todos os prazos assinalados abaixo, bem como a cumprir e executar as demais medidas e condicionantes técnicas estabelecidas no presente TERMO em relação à atividade de modo a cessar ou corrigir os efeitos negativos sobre o meio ambiente:

- I. Formalizar processo de regularização ambiental na SUPRAM JEQ na modalidade Licença Ambiental em caráter corretivo (LOC). **Prazo: 360 (Trezentos e sessenta) dias** após a assinatura do presente TERMO.
- II. Apresentar projeto técnico de depósito de resíduos classe I em conformidade com a NBR12235/92 com cronograma de implantação. **Prazo: 120 (cento e vinte) dias** após a assinatura do presente TERMO.
- III. Implantar fossas sépticas adequadamente dimensionadas para os efluentes sanitários gerados no alojamento e no refeitório da UPC – Fazenda Marapuamas, apresentando relatório técnico e fotográfico comprobatório. **Prazo: 60 (sessenta) dias** após a assinatura do presente TERMO.
- IV. Apresentar projeto técnico de depósito de armazenamento de agrotóxicos de acordo com a NBR 9843/2004, com cronograma para implantação. **Prazo: 120 (cento e vinte) dias** após a assinatura do presente TERMO.
- V. Comprovar a reforma do piso e das canaletas da área de lavagem dos veículos. **Prazo: 60 (sessenta) dias** após a assinatura do presente TERMO.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Superintendência Regional de Regularização Ambiental – Jequitinhonha

- VI. Comprovar a instalação de sistema de drenagem para a caixa SAO na oficina mecânica. **Prazo: 60 (sessenta) dias** após a assinatura do presente TERMO.
- VII. Comprovar a instalação de depósitos para destinação temporária adequada de resíduos diversos e sucatas. **Prazo: 120 (cento e vinte) dias** após a assinatura do presente TERMO.
- VIII. Comprovar a regularização de uso água para as captações e os barramentos e localizados nas Fazendas Reunidas Acauã e Marapuamas. **Prazo: 30 (trinta) dias** após a assinatura do presente TERMO.
- IX. Comprovar instalação de hidrômetro nos pontos de captação de água subterrânea nas Fazendas Reunidas Acauã e Marapuamas. **Prazo: 30 (trinta) dias** após a assinatura do presente TERMO.
- X. Apresentar dimensionamento das áreas de cascalheira das Fazendas Reunidas Acauã e Marapuamas. **Prazo: 60 (sessenta) dias** após a assinatura do presente TERMO.
- XI. Apresentar Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) para a voçoroca verificada em vistoria na Fazenda Reunidas Acauã. **Prazo 60 (sessenta) dias** após a assinatura do presente TERMO.
- XII. Apresentar análise referente à eficiência dos sistema de tratamento de efluentes sanitários (fossa séptica) instalados na área de infraestrutura das das Fazendas Reunidas Acauã e Marapuamas. Deverá ser realizada amostragem/análise na entrada e saída do sistema, com os seguintes parâmetros mínimos: pH; sólidos sedimentáveis; sólidos em suspensão; vazão média (somente na entrada); DBO; DQO, óleos e graxas. **Prazo: 90 (noventa) dias** após a assinatura do presente TERMO.
- XIII. Apresentar contrato com empresa responsável pelo recolhimento e destinação final adequada aos resíduos oleosos gerados (estopas contaminadas, embalagens de lubrificantes, etc.) e outros resíduos sólidos considerados perigosos (resíduos Classe I). **Prazo: 60 (sessenta) dias** após a assinatura do presente TERMO.
- XIV. Apresentar proposta de destinação final dos efluentes oleosos oriundos da Caixa SAO, visto que não será mais aceito o lançamento em sumidouro sem seu devido tratamento. Como alternativa, o tratamento poderá ocorrer por filtros em ~~série ou~~ outro tratamento físico-químico que impeça a contaminação do ambiente receptor.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Superintendência Regional de Regularização Ambiental – Jequitinhonha

Outra opção poderá ser a destinação de tais efluentes a uma empresa terceira que faça o tratamento ambientalmente adequado, nesse caso apresentar contrato de prestação de serviço com a mesma. **Prazo: 60 (sessenta) dias** após a assinatura do presente TERMO.

- XV. Realizar ações bimestrais de educação ambiental voltadas especialmente à destinação de resíduos sólidos com os funcionários do empreendimento. Comprovar com a apresentação de relatórios anuais especificando as ações e demonstrando os resultados alcançados. **Prazo: 360 (trezentos e sessenta dias)** após a assinatura do presente TERMO para apresentação do 1º relatório anual.
- XVI. Apresentar protocolo na FEAM do relatório de cumprimento da DN COPAM N° 227 de 2018, quanto à performance da produção de carvão vegetal proveniente de floresta plantada. **Prazo: 60 dias** após a assinatura do presente TERMO.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOAÇÃO DE BENS.

Adicionalmente às obrigações acima transcritas, a COMPROMISSÁRIA, à título colaborativo, considerando a relevância de contribuições voltadas à estruturação e ao aparelhamento dos órgãos ambientais, assim o fazendô como ato de mera liberalidade e, portanto, sem importar atenuação, minimização ou compensação de danos e/ou passivos ambientais, se compromete a doar à SUPRAM/JEQ, os seguintes bens, abaixo especificados, no prazo de 60 (sessenta) dias:

Item	Especificação	Quantidade	Sugestão de Compra
Roteador	- Roteador Wireless - Mínimo de 2 antenas e 600 mbps - Mínimo de 4 portas LAN e 1 porta WAN - Alcance mínimo de 100 metros	3	https://www.kabum.com.br/cgi-local/site/produtos/descricao_ofertas.cgi?codigo=96115&gclid=EAlaIQobChMI99Ozu_bY5QIVVweRCh1BSgQYEAYASABEgLaUfD_BwE
Smartphone	- Smartphone com sistema Android versão 8.1 ou posterior - Mínimo de 4gb de RAM - Memória interna mínima de 64 gb - Tela com resolução Full HD e tamanho mínimo de 5,5 polegadas - Processador Snapdragon 625 ou posterior - Suporte a 4G - Câmera traseira com no mínimo 12 mp, abertura f/1.8 e estabilização óptica	1	https://www.casasbahia.com.br/TelefoneseCelulares/Smartphones/Android/smartphone-motorola-moto-g7-plus-indigo-xt1965-64gb-tela-de-624-4gb-de-ram-dual-chip-android-9-0-camera-traseira-dupla-e-processador-octa-core-14536905.html?utm_medium=Cpc&utm_source=GP_PLA&IdSku=14536905&idLojista=10037&utm_campaign=tele_smart-shopping&gclid=EAlaIQobChMI3byD5_bY5QIVkgyRCh1L-AxBEAQYASABEgIXIvD_BwE
Memória RAM	- Memória RAM DDR3 4 Gb 1600 Mhz PC3-12800U para computador desktop	15	https://www.kabum.com.br/produto/77440/memoria-kingston-4gb-1600mhz-ddr3-cl11-kcp3l16ns8-4?gclid=EAlaIQobChMIh7W_9_fY5QIVwgaRCh3



CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES E OBRIGAÇÕES GERAIS

Constituem disposições e obrigações gerais deste TERMO:

- I - Comprovar, no vencimento de cada prazo constante nos incisos da Cláusula Segunda deste TERMO, que as medidas descritas na referida Cláusula foram devidamente cumpridas.
- II - O presente Termo não desobriga a COMPROMISSÁRIA do cumprimento de obrigações anteriormente assumidas perante a TOMADORA DO COMPROMISSO ou outros Órgãos.
- III - A COMPROMISSÁRIA obriga-se a atender todas as requisições dos Órgãos ambientais no curso do processo de Regularização Ambiental e no cumprimento do presente compromisso de ajustamento de conduta, em prazo a ser definido nestas requisições.
- IV - Os adventos de leis mais benéficas ao meio ambiente obrigarão a COMPROMISSÁRIA a adaptar seu empreendimento às novas determinações.
- V - A TOMADORA DO COMPROMISSO poderá fiscalizar a execução do presente acordo, a qualquer tempo, tomando as providências legais cabíveis, ou poderá cometer a respectiva fiscalização a outro órgão que vierem a indicar.
- VI - A COMPROMISSÁRIA arcará com todas as despesas necessárias para o fiel cumprimento do presente ajustamento de conduta.
- VII - O descumprimento do presente em qualquer de seus termos ou prazos, sujeitará o empreendimento à suspensão das atividades.
- VIII - Este compromisso não inibe ou restringe as ações de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer órgão ambiental, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas.
- IX - A assinatura deste Termo não assegura a concessão de nenhum ato autorizativo.
- X - Este compromisso produzirá efeitos legais a partir de sua celebração.

CLÁUSULA QUINTA – DO DESCUMPRIMENTO DO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA E DAS SANÇÕES

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela COMPROMISSÁRIA neste TAC implicará:

- a) Suspensão total e imediata das atividades do empreendimento;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Superintendência Regional de Regularização Ambiental – Jequitinhonha

- b) Multa prevista no Decreto 47.383, de 02 de março de 2018, artigo 112, código de infração 109;
- c) Encaminhamento de cópia do processo ao Ministério Público.

PARÁGRAFO ÚNICO

A eventual inobservância pela COMPROMISSÁRIA de qualquer das obrigações, condições e prazos estabelecidos no presente TERMO, desde que resultante de caso fortuito ou força maior, na forma tipificada no artigo 398 do Código Civil Brasileiro, não constituirá descumprimento do presente, devendo ser imediatamente comunicada e justificada à TOMADORA DO COMPROMISSO, que, se for o caso, fixará novo prazo para o adimplemento da obrigação não cumprida.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente instrumento será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de sua assinatura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Ocorrendo o arquivamento, indeferimento ou deferimento da Licença Ambiental Concomitante em caráter corretivo (LOC), este TAC perderá imediatamente sua vigência e eficácia.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O prazo de vigência previsto no “caput” desta CLÁUSULA poderá ser prorrogado, uma única vez, somente por motivo de caso fortuito ou força maior.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO JUDICIAL

A inexecução total ou parcial do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental implica na sua rescisão de pleno direito e ensejará a sua remessa ao órgão jurídico competente da TOMADORA DO COMPROMISSO, para a execução judicial das obrigações dele decorrentes, como TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL, na forma do disposto pelo artigo 5º § 6º da Lei Federal n.º 7347, de 24 de julho de 1985, com a modificação introduzida pelo art. 113 da Lei Federal n.º 8.078 de 11 de setembro de 1990, e



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Superintendência Regional de Regularização Ambiental – Jequitinhonha

art. 784 do Novo Código de Processo Civil, sem prejuízo das sanções penais e administrativas aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA OITAVA– DOS DOCUMENTOS

Todos os documentos referidos neste Termo de Ajustamento de Conduta passarão a fazer parte integrante deste instrumento, como se transcritos fossem.

CLÁUSULA NONA – FORO

Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte/MG, para dirimir as questões decorrentes do presente TERMO, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem devidamente compromissadas, firmam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que também assinam.

Diamantina, 13 de dezembro de 2019

Cândida Cristina Barroso de Vilhena
SUPRAM Jequitinhonha

Paulo Renato de Oliveira Macedo
Ferroeste Industrial Ltda

Testemunha
CPF: _____

Testemunha
CPF: _____